

# Centralidade e metamorfoses do trabalho no século XXI: precarização das relações de trabalho, consciência de classe e resistência na perspectiva da emancipação

Franci Gomes Cardoso\* e Karênina Fonsêca Silva\*\*

## **Resumo:**

Este artigo expõe resultados parciais de pesquisas sobre a centralidade do trabalho e suas transformações ocorridas no século em curso. Discute o trabalho como categoria fundante do ser social, gênese do processo de sociabilidade, na medida em que é condição natural e eterna da vida humana. Reafirma que no contexto da precarização do trabalho, este não perde sua centralidade na existência humana em suas relações sociais. Traz uma reflexão sobre a capacidade dos seres humanos de, a partir do trabalho, transformar a natureza, a si e aos outros, e de criar possibilidades para romper com as estranhezas e aprisionamentos engendrados nas relações de dominação entre capital e trabalho através de lutas de resistência em busca da emancipação.

**Palavras-chave:** trabalho; precarização; consciência de classe; resistência.

## The Centrality and Metamorphoses of Work in the 21st Century: Precarious Work, Class Consciousness and Resistance from the Perspective of Emancipation

## **Abstract:**

This article presents partial results of research on the centrality of work and its changes in the current century. It discusses work as a founding category of the social being, the genesis

---

\* Doutora em Serviço Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís-MA, Brasil; Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís-MA, Brasil. End. eletrônico: cardosofranci@uol.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-7959-0431>

\*\* Doutora em Políticas Públicas. Professora da Faculdade Atenas Maranhense (FAMA), São Luís-MA, Brasil. End. eletrônico: kareninafsilva@bol.com.br  
<https://orcid.org/0000-0001-5572-8806>

of the sociability process, insofar as it is a natural and eternal condition of human life. It reaffirms that, in the context of precarious work, work does not lose its centrality to human existence with regard to social relations. It reflects on the capacity of man, starting from work, to transform nature, himself and others, and to create possibilities to break with the strangeness and imprisonments engendered in the relations of domination between capital and labor through resistance struggles seeking emancipation.

**Keywords:** work; precariousness; class consciousness; resistance.

## Introdução

A fase atual do capitalismo sintetiza o processo mundial de reestruturação das relações de produção e de trabalho, orientada pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro. Nesse contexto,

a flexibilização da organização da produção e do trabalho, filiada à complexa dinâmica do capital, operou grande transformação econômica e ideológica, portanto, na estrutura e superestrutura da sociedade. Assim, fortaleceu também a reação conservadora no modo de pensar e de agir, fomentou a cultura da pós-modernidade, metamorfoseou as relações de exploração, dominação e humilhação, com a crescente terceirização da produção, a precarização do trabalho e a fragmentação da classe de trabalhadora (Antunes *apud* Lopes, 2015, p.12).

No Brasil contemporâneo e nos termos do pensamento *gramsciano*, o neoliberalismo assume forma de uma revolução passiva, cuja estratégia de passivização é exatamente inserir de forma atomizada as classes subalternas no projeto do capital, mediante o conformismo. Por outro lado, também no pensamento *gramsciano*, é exigência histórica do processo de transformação social a ruptura, pelas classes subalternas, com a ideologia dominante, e a construção de uma concepção de mundo própria, que constitui a base de ações vitais.

Tal construção se desenvolve na luta social concreta, determinada pelas condições objetivas e subjetivas da luta de classe. Essas condições se constituem como determinantes fundamentais das formas de organização das lutas de resistência empreendidas pelas classes subalternas para o enfretamento das contradições presentes nas diferentes conjunturas por elas vivenciadas. Busca-se, assim, a síntese dessas contradições, no caminho da construção de uma sociedade justa e igualitária, na perspectiva da emancipação.

Na dinâmica histórica atual do Brasil, evidenciam-se, por um lado, processos profundamente violentos, tanto física quanto moralmente, orientados pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro. Por outro lado, há processos de resistência que se expressam por movimentos de oposição e protesto à opressão, como reação à subordinação, à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo, agora em crise mundial.

Essa crise evidencia as contradições do movimento de acumulação e manifesta-se em diferentes frentes: a financeira, a ambiental, a do emprego, a da saúde e da educação, dentre outras formas de expressão. Diante dessas manifestações, as classes dominantes elaboram e implementam estratégias de ação que assegurem sua hegemonia. Na década de 1990, por exemplo, no Brasil, a crise foi concebida como esgotamento do modelo fordista/keynesiano, dando lugar ao projeto neoliberal traduzido na privatização dos serviços públicos e na redução drástica das políticas sociais (Mota, 2010).

Na atualidade, a sociedade brasileira vivência, neste momento histórico, uma profunda crise estrutural e, fundamentalmente política, na qual o acirramento da luta das classes se tornou mais explícito, com o excessivo avanço do pensamento conservador das elites reacionárias do país.

Essas elites reacionárias têm o Estado sob controle e impõem-se às demais classes, em particular às classes subalternas, através do aparato jurídico-político e coercitivo, mantendo-se dominante pela força e atos golpistas, destruindo processos democráticos com argumentos farsantes de combate à corrupção, da qual são os principais protagonistas. Destacam-se, entre esses processos, a ampliação das regressões no campo do trabalho, acirrando sua alienação e exploração inerentes ao capitalismo e avançando, perversamente, na destruição das conquistas trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores.

Nesse contexto, destacamos a relevância deste artigo, cujo objetivo é contribuir no debate sobre a centralidade e metamorfoses do trabalho no século XXI. Para tanto, a sistematização de parte dos resultados dos nossos estudos sobre a temática, aqui exposta, compõe-se de dois núcleos temáticos: o primeiro refere-se à centralidade do trabalho e à precarização das relações de trabalho na sociedade contemporânea; e o segundo sobre consciência de classe e resistência em busca da emancipação.

A discussão sobre o trabalho como categoria central na análise da ontologia do ser social é essencial para apreender o processo sócio-histórico e o movimento do ser humano em relação à natureza e suas diversas formas de sociabilidade.

Sobre a consciência de classe, ressaltamos a sua relevância para a classe trabalhadora que, quando organizada nas lutas de resistência à ação coercitiva da classe dominante, demonstra sua capacidade e força política e ideológica em defesa dos seus direitos fundamentais e da própria vida em busca da emancipação política e humana.

## **A centralidade do trabalho e a precarização das relações de trabalho na sociedade contemporânea**

Ao longo da história, o trabalho, como categoria fundante do ser social, tem sido sempre realizado por homens e mulheres que, para existirem, devem ser capazes de se reproduzir enquanto seres humanos. Mudam-se os meios e instrumentos de trabalho, as relações sociais de produção, mas o trabalho continua mantendo a sua centralidade no conjunto de atividades intelectuais e manuais realizadas pela espécie humana, visando a assegurar sua existência.

A forma específica dessa produção e reprodução da vida social (material e espiritual) é determinada, historicamente, por uma peculiar relação dos seres humanos com a natureza e entre si, através do trabalho no contexto em que está inserido.

No pensamento marxiano, o trabalho vai além do conceito econômico cotidiano, como simples ocupação ou tarefa, constituindo-se categoria central nas relações sociais, nas relações dos homens e mulheres entre si e com a natureza, porque esta é sua atividade vital. A espécie humana produz e reproduz a vida através da atividade essencial e vital que é o trabalho.

Fundamentado nas concepções da dialética do concreto de Marx, Lukács reforça que, sem o trabalho, o ser humano não poderia existir socialmente. Dessa forma, é a partir do trabalho que o ser humano, ser social, diferencia-se de outras formas pré-humanas na história. A espécie humana é dotada de consciência e, por isso, tem a possibilidade de planejar antes de transformar a natureza.

Marx expressa, literalmente, no V capítulo de *O capital*:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] Diferente do que ocorre no mundo animal, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente[...]. (Marx, 2004, p.149).

Nessa perspectiva, não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza em meios de produção e meios de subsistência dos seres humanos na sociedade. Esse processo supõe a existência da natureza

previamente à existência da sociedade e que, ao longo da história, os objetos produzidos para transformação da natureza podem ser modificados conforme a necessidade humana, pois idealmente se constrói na consciência para transformá-la materialmente na busca de satisfação de suas necessidades em seu tempo e em sua história.

O ser humano transforma a natureza segundo seu objetivo, sua finalidade. Sua ação é direcionada pela finalidade que se quer atingir; buscam-se os meios para transformar a matéria natural em objetivo a alcançar. Essa relação é articulada e ao mesmo tempo de rupturas e novas unidades.

O trabalho é a atividade humana que medeia e regula a troca orgânica do homem com a natureza, tendo em vista transformar objetos naturais em valores de uso. O produto dessa relação passa a ser um produto social e não mais puramente natural.

Nesse sentido, o trabalho se apresenta como protoforma do ser social, gênese do processo de sociabilidade, na medida em que é condição natural e eterna da vida humana.

Seguindo o pensamento de Marx, Lukács também coloca o trabalho como sendo a categoria fundante do ser social. No contexto da ontologia lukacsiana, isso significa que, por um lado, a gênese da categoria trabalho corresponde à gênese de um novo ser, de uma nova essência diferente do ser apenas natural. Por outro lado, também existe a característica de que o trabalho fornece a protoforma da práxis humana e social, a relação entre o estado orgânico e o inorgânico.

Compreendendo o ser humano como um ser social, Lukács, ao referir-se sobre a ontologia do ser social, faz a seguinte ressalva:

[...] não seremos capazes de captar sua especificidade (do ser social) se não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico (Lukács, 1978, p. 03).

Sendo assim, na ontologia marxiana-lukacsiana, os seres humanos somente podem oferecer condições para a existência de sua vida, se continuamente realizarem transformações concretas sobre a natureza na qual estão inseridos. Ao mesmo tempo em que transformam objetivamente a natureza, transformam a si mesmos enquanto sujeitos históricos.

Na contemporaneidade, com o acirramento da questão social e as transformações concretas nos países do centro e da periferia do capital, a discussão sobre a centralidade do trabalho coloca o desafio de analisar as contradições atuais no modo de produção capitalista, compreendendo que, apesar da diminuição quantitativa dos trabalhadores diretamente na produção do capital, com a diminuição

do trabalho vivo e aumento do trabalho morto, o trabalho permanece como categoria central na criação de valor nesse modo de produção, no contexto da fragmentação, flexibilização e da precarização das relações de trabalho.

Assim, a afirmação de que o trabalho enquanto categoria perdeu seu valor na sociedade contemporânea é uma análise equivocada.

Na análise dessa questão, é importante a compreensão de que não se pode reduzir emprego ao trabalho, mas compreender a dupla dimensão da categoria trabalho no capitalismo: trabalho concreto e trabalho abstrato, como discute Antunes (2004, p. 83):

Assim, ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre um papel decisivo na criação de valor de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção.

Em uma sociedade produtora de mercadorias, o trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato. O trabalho abstrato pode ser eliminado com o fim do modo de produção capitalista, porém, o trabalho concreto é uma ação histórica produtora de coisas socialmente úteis.

A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito mercadoria e instaurar uma sociedade fundada na autoatividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra, no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador (Antunes, 1999, p. 96).

No capitalismo, as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora são atingidas de forma intensa e destrutiva, quando a propriedade privada dos meios de produção determina a intensidade e o ritmo acelerado do trabalho, bem como o aumento da sua jornada.

Na sociedade contemporânea o capital trouxe velhas formas de produzir, com novas roupagens. Isso não significa que o capital exclua o trabalho vivo. Longe disso! Ao fragmentar, exteriorizar e precarizar as relações de trabalho, ele tem utilizado do trabalho vivo e incrementado a articulação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Dessa forma, as modificações no mundo do trabalho não significam transformações na essência das relações sociais de produção. O trabalho permanece

como categoria central de análise da materialidade histórica dos homens e mulheres porque é a forma mais simples e mais objetiva que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. As relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho são a base das relações sociais.

Assim, tanto o trabalho assalariado formalizado como o informalizado encontram-se na esfera da produção e reprodução do capital, inseridos nas relações de precarização, exploração, expropriação e espoliação da força de trabalho, mas, ainda assim, constituem uma condição para a existência humana.

Para Harvey (2016), a acumulação capitalista apoia-se em dois processos mutuamente dependentes: a exploração econômica do trabalho assalariado nos locais de produção de mais valor (o salário representa cada vez uma fração menor do valor produzido) e a espoliação violenta dos setores não totalmente mercantilizados da economia (o desaparecimento progressivo dos antigos direitos trabalhistas, os ataques ao sistema público de saúde, ao seguro-desemprego, aos direitos à aposentadoria etc.).

Partindo dessa compreensão, apesar desses processos que dão suporte à acumulação capitalista, é através do trabalho que os seres humanos se realizam enquanto seres sociais, se socializam, enfrentam e superam desafios, transformam a sua natureza humana no movimento do pensar e agir, do existir, do lutar e de transpor limites na luta pela sobrevivência.

Assim, reafirmamos a centralidade do trabalho, reforçando o pensamento de Marx, que nega a existência de qualquer teleologia fora do trabalho, da práxis humana.

Para Marx (2008), não há história fora do processo de produção da vida material, pois não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Para ele, não se parte do que os homens dizem e pensam, mas do processo da vida real.

### **Consciência de classe e resistência em busca da emancipação**

A consciência de classe, no pensamento marxiano, se constitui como um processo histórico e dialético, constituído por sujeitos concretos inseridos em determinado modo de produção e relações sociais correspondentes:

[...] os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tais como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas (Marx; Engels, 1991, p. 36-37).

A consciência de classe está, portanto, diretamente vinculada à atividade material e coletiva dos homens e mulheres, sendo impossível concebê-la em cada

ser isolado no conjunto das relações sociais.

A consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas para o indivíduo que toma consciência; é, simultaneamente, a consciência da natureza que inicialmente se depara ao homem como uma força francamente estranha, toda poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal e que os atemoriza tanto como aos animais; e, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (Marx; Engels, 1991, p. 36).

Na medida em que o indivíduo toma consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o cercam, isto marca, para ele, a tomada de consciência de que vive efetivamente em sociedade. Mas o elemento chave determinante da constituição da consciência humana é o trabalho. Pois ao contrário do que acontece com o trabalho animal, o produto do trabalho humano já está contido na imaginação do trabalhador. Este imprime ao material o projeto que, conscientemente, tem como alvo. Diz Marx:

[...] na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 1993, p.129-130).

Seguindo a trilha de Marx e da tradição marxista, Cardoso (1995), defende a tese de que,

A consciência de classe das classes subalternas é uma construção histórica, constitui-se na relação dialética entre infraestrutura e superestrutura, sendo determinada por forças motrizes estruturais e conjunturais de contextos determinados e momentos históricos dados e tem uma força atuante sobre as condições objetivas, provocando mudanças. (Cardoso, 1995, p.164).

É através da consciência de classe da classe subalterna que, em face da mão opressora do capital, ela pode, por meio de uma vontade coletiva, consciente e atuante, mudar a direção das formas de dominação e romper com a estrutura vigente dessas relações de dominação.

Marx (1980) afirma que o papel da consciência se torna cada vez maior com o desenvolvimento das forças produtivas humanas, que não pode ser com-

preendida simplesmente em termos de fatores organizacionais e ideológicos da esfera política, mas no movimento social, político e econômico. A consciência de classe, para o autor, é inseparável do interesse de classe com base na posição que ocupa na estrutura da organização econômica na sociedade.

Reforçando tal compreensão, Mézszáros (2008, p. 60) aponta que o fator político adquire um conjunto abrangente de determinações recíprocas, devido a profunda modificação estrutural das forças produtivas e processos sociais, abrangendo a produção de novas ideias, novos modos de organização, e novos instrumentos de ação defensiva e ofensiva. As formas de luta que se posicionam na lógica defensiva são aquelas que buscam defender a sua existência pela condição de vida ou limitar os efeitos do capitalismo através de iniciativas ou alternativas de resistência. A categoria resistência, utilizada neste artigo, parte da concepção de constituição das classes, compreendida por Gramsci à luz da dialética subalternidade/hegemonia e hegemonia/passividade, consistindo, assim, em força que se opõe a outra, que recusa de submissão à vontade de outrem. Nessa perspectiva, consegue-se sair da subalternidade quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe. Sair da passividade consiste, portanto, em deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe à classe trabalhadora em condição de subalternidade. Este processo explícito que as forças dominantes sofrem com as forças emergentes, dominadas, em luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social (Gramsci, 1995).

Segundo Mézszáros (2008), a relação entre a necessidade histórica e a consciência de classe do proletariado, quando submetida ao auge da exploração e expropriação das condições objetivas para a sobrevivência, se percebe a partir da consciência da miséria espiritual e material, se expressando na prática da necessidade, que não pode mais ser mascarada no processo ideológico, levando essa classe à condição de revolta no processo de libertar-se a si mesmo.

É importante ressaltar o pensamento de Marx (2008), que afirma que a concepção de classe só passa a existir, enquanto tal, a partir do momento em que começa a adquirir consciência de si, quando começa a estabelecer uma relação entre a sua existência e a consciência. E, ainda, Lukács (1978, p. 3) destaca o caráter ativo do sujeito em que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la.

Assim, o modo de pensar e de se organizar politicamente supõe um trabalho sistemático de cunho educativo em que a condição de subalternidade subjetivada impulse ações efetivas para superação das condições objetivas. Para Marx, a história não é senão a atividade dos homens e mulheres que perseguem seus objetivos. Esta é a necessidade imperativa. Uma necessidade histórica da emancipação do ser social. O ser humano necessita ser feliz e livre e não para

ser oprimido e humilhado. Quando essa opressão atinge o nível da carência e da necessidade essencial de sobrevivência, ele tende a atingir o estágio de liberdade, despertando para a consciência da possibilidade.

Marx e Engels (1984) explicitam que somente quando os sujeitos se apropriam “para si” da realidade está dada a possibilidade de eles a construírem conscientemente e, a partir daí, desenvolverem suas individualidades, expandirem as singularidades, produzirem sentido para aquilo que vivem, para a natureza e para as próprias relações sociais. (Marx, 1993, 2005, 2008; Marx; Engels, 1984).

Nessa mesma perspectiva, Cardoso (1995) analisa o pensamento de Marx e aponta que o homem só se desenvolve porque se objetiva. “É pelo caráter imanente de sua objetividade que ele é subjetividade [...], subjetivando-se ele mantém a condição objetiva de ser social”. (Cardoso, 1995, p. 34).

É nessa relação entre objetividade e subjetividade que o ser social faz seu metabolismo de transformação nas três esferas (inorgânica, biológica e social) e, no movimento de sua própria existência e em confronto de suas necessidades reais e reificadas pelo capital transforma a si, no processo de negação e de passagem para o reconhecimento de sua inserção numa determinada sociedade, cultura e classe social.

De acordo com Francisco de Oliveira (1987, p. 11-12), sobretudo para compreender a consciência das classes em luta, estas classes “não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras”, pois a “grande polêmica a propósito da “consciência de classe” não pode, em nenhum caso, ser corretamente interpretada enquanto “autoconsciência”, pois são as *consciências recíprocas* das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na “consciência de classe”, sendo que “este movimento de reconhecimento é, sem dúvida, o espaço da política”, o qual é “o momento da subjetividade ou da subjetivação da objetividade”. Por isso, entendemos que a divisão da sociedade e as classes não constituem um *dado*, um pressuposto, mas são um *produto* das relações antagônicas na sociedade.

A consciência é um ato prático, político, que se realiza a partir das contradições, própria no processo de estranhamento e, ao mesmo tempo, da reorganização do pensar e agir para uma direção. A negação faz parte do processo também de reconhecimento. “Negar a fragmentação do ser implica recuperar o ser social” (Iasi, 2006, p. 117).

Portanto, a luta por reconhecimento é uma luta política pela sobrevivência e pela própria existência. Para Gramsci (2000, p. 86-87) os movimentos no processo de identidade e reconhecimento, enquanto “[...] classe que possui uma direção contrária e em oposição a uma classe hegemônica, são estereotipados como multidão para tirar do campo político e organizativo a força e potência para uma nova direção, a partir de uma consciência de classe”. Os movimentos

inerentes ao processo de construção de identidade de classe são trabalhados pela classe opressora como fragmentados, dispersos e como um conjunto de pessoas sem intenção, desorganizados e rotulados de “vândalos”, “baderneiros”, “vagabundos”, dentre outras nomenclaturas pejorativas e de inferiorização, com o intuito da perda e pulverização de uma identidade de classe.

O referido autor afirma ainda sobre a relevância do poder da ideologia, que exerce função predominante numa determinada direção. Inclusive no processo de conhecer e se reconhecer enquanto classe, e este processo não se faz somente em relação ao capital, mas a si próprio.

Nesse sentido, Marx (2008) entende a ideologia como um conjunto de ideias que procuram ocultar sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade. Sua compreensão sobre ideologia trouxe à tona a função implícita e explícita desse conjunto de ideias em defender os interesses de uma classe em particular: a que exerce a dominação política como se o fizesse em nome de um interesse universal, representando anseios e pensamentos dos sujeitos sociais.

O conceito de ideologia, na perspectiva gramsciana, vai além de um conjunto de ideias defendidas e universalizadas pela classe dominante; passa a ser entendida como consciência política ligada aos interesses de uma determinada classe. É uma visão de mundo desenvolvida e vivenciada pelos sujeitos capazes de pensar, inspirar e orientar uma ação ideológica e política de acordo com o projeto de classe ou grupo social. E, ainda, para Gramsci (1995, p. 65), é o terreno sobre o qual os homens e mulheres movimentam-se, adquirem consciência de sua posição e lutam.

É através do trabalho que o ser humano, em seu processo de transformação e de satisfação de suas necessidades, desenvolve suas relações em sociedade, que produz conflitos e que por ele também são criados. No entanto, a transformação das relações sociais somente ocorre se houver, também, a transformação do ser social. Para tanto, o fazer, o opor-se, torna-se uma atitude política que precisa ser mediada e instrumentalizada entre a consciência e a possibilidade.

É na relação de forças e circunstâncias presentes nas relações historicamente engendradas pelo poder e dominação de uma classe sobre a outra, vivenciadas entre os conflitos de interesses inconciliáveis, que emergem as forças contrárias, ou negativas ao que é imposto, que se manifestam e se organizam, ora de maneira ofensiva, ora defensiva, mas com o mesmo objetivo: resistir a uma imposição, em busca de uma alternativa ou superação à crise, gestada pelo conflito e contradições numa determinada sociedade e contexto histórico.

Gramsci (2000), ao analisar as situações de relações de forças, aponta o problema das relações entre estrutura e superestrutura que atuam na história de

um determinado período e que determina as relações entre elas, movendo-se no âmbito de dois princípios:

- 1) O de nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações. (Gramsci, 2000, p. 36).

O referido autor analisa a sociedade nesse movimento em que as relações de forças se apresentam em diferentes momentos ou graus ligados à estrutura, à relação das forças políticas e à relação das forças militares, expostas hierarquicamente. A análise da estrutura requer o conhecimento do grau de desenvolvimento das forças produtivas de determinada sociedade e das relações de produção, que envolve as forças materiais, independentes da vontade dos seres humanos, organizam a produção e o atendimento das necessidades construídas historicamente por tal sociedade.

No movimento das contradições, o concreto e o abstrato são apenas momentos que se sucedem e se renovam. Assim, a resistência se move em uma direção que precisa de uma organização. As forças das classes tendem a se tornar uma força pela cultura e por um projeto que impulse uma direção, no fazer e no pensar a partir do cotidiano, para manutenção ou superação do *status quo*.

A esse respeito Gramsci (2004) também aponta que o ser humano é uma criação histórica e só como tal pode adquirir a consciência crítica, que é a base da cultura. Através deste conhecimento crítico de si mesmo e dos outros, homens e mulheres historicamente se elevam, transformam-se em um “elemento de ordem”, diferenciam-se daqueles que o precederam e podem, portanto, propor, teleologicamente, as ações revolucionárias que tenham necessidade de fazer. Neste sentido, compreende-se a afirmação gramsciana, naquele momento histórico, de que toda revolução precisa ser precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica e de penetração cultural.

Reportando-nos à explicitação de Lukács (2013), na ontologia do ser social determinada pela essência do trabalho, há a coexistência concreta, real e necessária entre a causalidade e teleologia, “[...] opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta no processo” (Lukács, 2013, p. 52).

É nessa relação de oposição que a resistência assume sua característica de potência como força motriz que, essencialmente, emana do ser social. Esta força

é o combustível que movimenta a existência e repercute em todos os processos, fenômenos, movimentos e relações que se expressam como efeitos dessa força.

### Considerações finais

As reflexões e análises aqui expostas permitem concluir que: a essência do trabalho humano nasce a partir da própria luta e necessidade de existir. É através do trabalho que o ser humano se realiza enquanto ser social, supera desafios e transforma a sua natureza humana no movimento do pensar e agir e, assim, pode orientar-se para novas possibilidades de romper com as estranhezas na relação própria do ser social, conferindo-lhe novas formas de ser consciente em busca da emancipação política e humana.

A lógica do capital em suas estratégias de acumulação, pela exploração, expropriação e espoliação da força de trabalho, provocam consequências contrárias ao processo de fragmentação da classe trabalhadora, quando esta manifesta, concretamente, os efeitos perversos dessas estratégias, como: o adoecimento do trabalhador, a insegurança, a não inserção no mercado de trabalho, dentre outros, que subsidiam e estimulam, contraditoriamente, a organização e consciência de classe, elementos indispensáveis às lutas de resistência da classe trabalhadora.

O poder ou impulso que se manifesta, em cada ser, através das ações, reações e resistência, promovem múltiplas forças que se tornam acontecimentos econômicos, políticos, culturais, sociais, envolvendo a natureza, todos os seres e, sobretudo, o ser social, pois é através da consciência que o ser social é capaz de realizar a prévia ideiação e de manifestar os desejos, aspirações, conquistas, realizações, de se recompor nas derrotas e se reinserir para uma nova possibilidade.

### Referências

- ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

- HARVEY, David. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- IASI, Mauro Luís. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e reconhecimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LOPES, Josefa Batista. *50 anos do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina: da crítica ao Serviço Social tradicional à construção de uma alternativa crítica*. São Luís: Impresso, 2015.
- LUKÁCS, Georgy. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. *Revista Temas*, São Paulo, n. 4, 1978.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martins Claret, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. Introdução a crítica da economia política. In: *Contribuição a crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. III.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia Alemã*. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.
- MÈSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade social: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: UFPE, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.